

“Eu faria o mesmo”

Ao agradecer as manifestações do Conselho, em nome da sua família, Renato Jobim repassou com grande precisão os pronunciamentos feitos, acrescentou-lhes detalhes de quem conheceu Danton intimamente. Ao comentar seu papel renovador na imprensa, revelou Renato Jobim que a preocupação dele pelo aspecto gráfico das publicações era tão grande, tão ligada à sua vivência profissional, que Danton guardava fac-simile das páginas de jornal, tanto era o seu interesse pela diagramação.

Renato Jobim lembrou ainda que algumas pessoas nunca compreenderam por que Danton Jobim, como presidente da ABI, convidara o Presidente Costa e Silva para um almoço na Casa. Esse gesto gerou muitos equívocos em torno da sua verdadeira motivação: alguns apressados num julgamento leviano, censuraram Danton, acusavam-no até de complacente com o poder, num momento em que a imprensa sofria restrições.

- Danton Jobim, como foi assinalado nesta sessão mais de uma vez, era um homem do diálogo, e foi através do diálogo que, pela primeira vez no regime pós-1964, ele conseguiu a revisão de punições aplicadas segundo o rito revolucionário. E o discurso que Danton fez naquele dia representou uma reafirmação de princípios, pela veemência com que condenava não apenas a atuação do Governo em relação à imprensa, mas também a intolerância com que eram tratados estudantes e trabalhadores. Danton foi elegante mas enérgico, intransigente em relação aos princípios que a ABI defendia e defende. Sua firmeza poderia até gerar constrangimentos entre as autoridades presentes, mas o próprio Presidente Costa e Silva revelou-se sensível à exposição feita. Ao cumprimentar Danton, o Presidente foi franco, dizendo-lhe: “O senhor falou forte, professor. Mas eu faria o mesmo discurso se fosse o presidente da ABI”.

Fonte: Associação Brasileira de Imprensa, 1978.

DANTON JOBIM

A missão da A.B.I.

DISCURSO PROFERIDO A 7 DE ABRIL DE 1968, NA A.B.I., POR OCASIAO DO 60 ANIVERSARIO DA CASA DO JORNALISTA.

Rio de Janeiro, 1968

Divulgamos nesta plaquete o discurso do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, jornalista Danton Jobim, proferido ao ensêjo do 60º aniversário da entidade, no dia 7 de abril de 1968, durante o almoço de confraternização da classe, honrado com a presença do Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República.

Entre outros, compareceram ao ato do Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, o Nuncio Apostólico, o Embaixador de Portugal, o Governador do Estado da Guanabara, Secretários de Estado da Guanabara, o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Contas da União, O Presidente do Superior Tribunal Militar, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, Diretores de Jornais, Rádio difusoras e Televisões de todo o País, Agência Nacional, Conselheiros e Diretores da A.B.I. e velhos jornalistas que integram a instituição desde seus primórdios.

“ Esta casa tem uma tradição de luta. Todos que a dirigiram no passado bateram – se pela mais ampla liberdade de expressão, tradição que procuramos preservar mantendo a mais completa independência em face dos poderes públicos. Nos dois anos de gestão que nos tocaram não se registrou uma única violência contra jornais e jornalistas, da qual tenhamos tido conhecimento, que deixasse de ser assinalada pelo nosso protesto enérgico e imediato.

Isso não impediu, entretanto, que mantivéssemos com as autoridades da República o diálogo franco e necessário para apressar ou facilitar a reparação do direito ofendido.

Com a presença do Senhor Presidente da República, bem como de seus Ministros, revive a ABI seus grandes momentos como instituição independente mas aberta ao contato com o Poder Público, no interesse da Classe e do País.

E a circunstância de se achar à frente da ABI um jornalista militante que não disfarça sua posição política, em franca divergência com a situação, isto ainda mais reforça a significação desta visita, dignificando aos nossos eminentes convivas ainda mais que a nós mesmos.

Nem admiração nem surpresa experimentamos pelo gesto presidencial. Antigo jornalista, que há quarenta e cinco anos fez suas armas no Imparcial de Mestre Macedo Soares, o Chefe do Governo conhece bem a nossa ABI, acompanhou as suas lutas, sabe o que ela foi no passado e continua sendo no presente, como a entidade representativa, por excelência, dos jornalistas brasileiros.

Colocou – se sobre esta mesa, diante do Presidente da República, uma relíquia desta Casa: o Livro de matrículas número 1 da ABI. Acha – se aberto a folhas 29, na qual se registra a filiação ao corpo social do jornalista Rui Barbosa. Se o folhearmos ao acaso, desfilarão perante nós todos os nomes gloriosos de nossa imprensa no início do século, de Olavo Bilac a Medeiros de Albuquerque, de Ferreira de Araújo a Alcindo Guanabara, de José Carlos Rodrigues a Félix Pacheco, de Coelho Neto a Fernandes Mendes de Almeida, de Raul Pederneiras a Brício Filho, e tanto e tantos outros que seria impossível enumerar.

Poderemos dizer que todos, ou praticamente todos, os jornalistas insignes do fim da primeira década deste século, época da fundação da Casa, acham – se inscritos no rol dos membros da Associação de Imprensa que, em 1913,

crismava – se Associação Brasileira de Imprensa. É que se havia convertido, realmente, em instituição de caráter nacional, o que sempre estivera, aliás, na concepção de seus fundadores.

Estamos a ver que, com tais nomes inscritos no Livro de Matrículas número 1, a ABI não podia ser mera Associação beneficente; convertia – se nos primeiros anos de vida no órgão da Imprensa brasileira, sobretudo a de sua capital, onde estavam os grandes jornais do país – e cumpria um mandato tacitamente outorgado pela imprensa dos Estados.

Nossa Associação nunca pretendeu converter – se em organismo de cunho sindical. Surgisse em nossos dias, seria plausível não pudesse fugir à separação entre empregadores e empregados. Nascia, porém, numa fase da vida de nossa imprensa em que os jornais constituíam, predominantemente, órgãos de opinião.

Nesse tempo, o diretor de jornal, em regra seu proprietário, é um jornalista militante e representa uma tendência política bem nítida. Desfralda em geral uma bandeira em torno da qual se une uma equipe jornalística. Nesse período heróico, os mais modestos auxiliares da redação sentem – se solidários com o chefe, correndo, a seu lado, todos os riscos.

É certo que já não podia existir, desde o fim do século XIX, um Evaristo da Veiga escrevendo sozinho seu jornal. Mas um Quintino, um Edmundo Bittencourt confundiam – se com seu jornal ou com a equipe que os redigia. Eram os porta – bandeiras de um grupo no qual dificilmente se ingressava quando não se comungava com ele nas mesmas opiniões políticas.

Entretanto, a Imprensa era sempre dividida mesmo quando a liberdade de opinião e de informação, condição básica de sua existência, eclipsava – se ou periclitava. A ABI tornou – se, então, o elo que faltava para unir, diante do arbítrio e da violência, jornais e jornalistas. Nas horas de crise era ela o terreno neutro, o pequeno chão incontaminado pelas rivalidades no qual todos se aliavam para a defesa comum. Seus presidentes e seus diretores iam cumprindo sua missão difícil como representantes do quarto poder desarmado. E nenhum falhou no cumprimento do dever, eis uma das glórias desta Casa.

A industrialização não veio aliviar o jornal das pesadas responsabilidades dos que lhe cabem no desempenho do múnus público. Pelo contrário, agravou – as. O público continua a esperar que seu jornal seja orientador desinteressado e o informador fiel.

Num ponto, entretanto, devemos estar todos de acordo; as responsabilidades persistem enquanto o jornal quiser ser, a par de veículo de publicidade, guia ou formador de opinião pública, isto sem comprometer sua independência, que em grande parte repousa sobre sua eficiência como empresa. Para que possa exercer sua tarefa precípua de informar e orientar, precisa o jornal de manter – se tão livre quanto possível em face dos governos, como em face de certos grupos e pressão fora do governo.

Assim , a liberdade de imprensa, ontem como hoje, á a condição necessária para que exista imprensa eficaz e honesta, cumprindo integralmente sua sociedade aberta e democrática.

Nas democracias subdesenvolvidas como a nossa, transforma-se no foro para os debates das grandes teses e dos grandes problemas nacionais, com vistas á vistas de formulação de soluções para tais problemas. É ele que pode

vigiar permanentemente para que a infiltração de idéias e sentimentos estranhos ao interesse nacional, inspiração ao interesse estrangeiro, venha a distorcer ou perverter a consciência dos governantes em face das opções que os desafiam, nos momentos críticos para o destino da nação.

Abafar, pois, o debate da imprensa, das questões das questões Vitais que dizem respeito á estrutura econômica ou as estruturas política, seria um crime contra o Brasil. Somente a atmosfera gerada por uma imprensa livre poderá barrar o destino dos fanáticos ou os ambiciosos do poder que acreditam que possa edificar o progresso de uma nação ignorando ou desprezando sua opinião pública. Cedo a escravidão da imprensa corromperia mesmo os idealistas que se instalassem no poder e os levaria a trair por desinformação, quando menos seus melhores propósitos.

Por maiores que sejam seus excessos e desvios, exerce na imprensa uma função vital na comunidade: despertar a consciência dos governantes e governados para a sociedade que os cerca, alertando-o e advertindo-os para os perigos que rondam os interesses permanentes do país.

Bem sabemos que numa sociedade como a nossa os jornais são propriedade privada. E se não fossem? ganharia com isto a sociedade? Fato é que, por dependerem cada vez mais das grandes circulações, os jornais fazem concessões a opinião e ao gosto dos leitores. Em compensação, procuram mantê-los bem melhor informados do que no passado. A abundância dos serviços de informação e a objetividade crescente do noticiário cada vez mais independente das colunas editoriais, garante o acesso dos leitores a uma cópia enorme de dados, que eles podem confrontar com a opinião das colunas de comentários.

As escolas de jornalismo ou de comunicação social vieram elevar o nível dos trabalhadores da imprensa, da imprensa que, nas redações, se entregam às tarefas básicas de informação.

A ABI acha-se intimamente ligada, através de sua história da iniciativa da criação desses cursos, sendo exemplo os estudos feitos na administração Belizário de Souza. Participou ativamente da organização do primeiro curso superior de jornalismo na estrutura universitária federal.

A princípio, foram tais escolas ou cursos recebidos com desconfiança por dirigentes e profissionais da imprensa, mas hoje são os viveiros de vocações onde os grandes jornais e revistas recrutam boa parte de seus auxiliares.

Inúteis haveriam de ser, entretanto, todos os progressos experimentados na imprensa se esta não contasse com a liberdade de opinar e de informar. A objetividade que os novos jornalistas aprendem na escola especializada seria posta de lado e as regras da deontologia profissional, que aí devem assimilar seriam letra morta ante a inferência deformadora dos censores externos, notórios ou ocultos, dos relatos jornalísticos.

Assim é que esta instituição, com o prestígio granjeado na opinião pública brasileira e internacional, e com o respeito que até hoje lhe devotaram todos os governos, acha-se destinada a ser o grande instrumento do nosso jornalismo para que se forjem as condições necessárias ao desempenho do seu notável papel, seja na reconstrução política, seja no debate e encaminhamento da solução dos grandes problemas econômicos e sociais típicos do nosso tempo.

Senhora e Senhores: A ABI nasceu, em 1908, numa redação de jornal. Fundou – a um repórter – Gustavo Lacerda, cujo medalhão em bronze esta Diretoria fará inaugurar esta tarde, na sala Heitor Beltrão, para que nossos conselheiros tenham sempre em memória essa figura grande e estranha de idealista, a quem Deus não permitiu morrer antes de avistar ao menos a Terra da Promissão. Riram - se muitos de seu sonho de confraternização da classe jornalística, em momento como aquele, em que tudo parecia adverso à concretização de seus sonhos. Gustavo Lacerda insistiu, com o ardor e a tenacidade de um visionário, venceu, mais uma vez, incrédulos e pragmáticos.

Ao extinguir – se, num quarto da Santa Casa de Misericórdia, menos de dois anos depois de criada a ABI, ele, pressentindo o fim, confiara a Dunshee de Abranches, seu amigo dedicado e brilhante colega de <<O País>> , a delicada missão de preservar a instituição nascente, defendendo-a contra os ventos da descrença.

João Dunshee de Abranches Moura já era, por esse tempo, político de prestígio. Deputado pelo seu estado natal, o Maranhão, suas ligações políticas jamais interferiram, entretanto, com os rumos que sua forte personalidade logrou imprimir á jovem Associação de imprensa. Fundiu o molde da presidência da ABI isenta de facciosismo, acima das dissensões da classe, surda aos apelos da cizânia e do engajamento da Associação nas batalhas que então se tratavam entre redações e entre jornalistas.

Desde então, os presidentes dessa Casa tem cumprido exemplarmente o legado de Dunshee. Tanto nas relações com as Autoridades a os próprios colegas dissidentes. Firmeza na defesa da liberdade de expressão onde quer que ela surgisse ameaçada. Pouco a pouco a ABI se

converteu numa instituição respeitável e acatada. O mais difícil fora feito: levar os próprios jornalistas a aceitá-la como órgão representativo de classe, acima das querê-las entre eles.

Se essa foi a obra de Dunshee na criação da fisionomia ou da personalidade moral da ABI, enorme foi seu contributo para a consolidação material da Casa. Poderíamos dizer sem exagero que, não fossem as duas presidências providenciais desse notável brasileiro – jornalista antes de tudo, mas também político, diplomata e historiador – não estaríamos hoje vivendo esta grande hora. Não nos sentaríamos em torno desta mesa, na presença do Presidente da República, dos notáveis do Governo, na política e na magistratura, ou de tantos brilhantes jornalistas, entre eles D. Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, jornalista de vocação como o Pai, chefe de uma equipe luzida de profissionais. Todos aqui vieram para dar testemunho de grandeza da sua ABI, da continuidade de sua obra, do respeito que ela inspira a todos os brasileiros.

Nosso esforço maior nesses dois anos de gestão que se escoam, foi conservar com amor essa herança, procurando honrá-la na medida das nossas fôrças.

Este não é o lugar para o balanço do que realizamos neste biênio. Já o apresentamos perante nosso Conselho Administrativo, cuja presidência vem sendo ocupada por um magistrado, nosso ex- colega de redação Elmano cruz, egresso do jornalismo para a judicatura mas fiel às suas origens, com acervo de grandes serviços na comissão de defesa da liberdade do Jornal e do Livro nos dias Conturbados que se seguiram á vitória do movimento de 1964.

A frente de uma diretoria extremamente dedicada à Casa, podemos fazer algo pela nossa ABI graças ao apoio e a colaboração que ela nos tem dado, nas atitudes que devemos assumir, sempre que jornais e jornalistas são atingidos pela intolerância e pela violência. Aproveitamos a ocasião para deitar nos anais desta nossa comemoração do sexagésimo aniversário da ABI e o registro de nossa admiração por colegas como Adonias Filho, Reis Vidal, Fernando Segismundo, Martim Carlos, Othon Costa, Álvaro Pinto, Helena Ferraz, Paulo Magalhães, pelo que fizeram cada qual do seu modo e no âmbito de suas atribuições.

Adonias substituiu – nos duas vezes na Presidência, havendo - se com bravura e independência quando chegou a hora das reclamações e dos protestos. Reis Vidal, combativo, mas extremamente devotado às suas tarefas do serviço de assistência social como 2º Vice – Presidente, aplicou – se à dura missão de assessorar o Presidente na obtenção de fundos para as nossas iniciativas, de sorte que pudéssemos apresentar um orçamento não apenas equilibrado, mas com superávit. Segismundo dinamizou nossas atividades culturais e prestou – nos inestimável concurso com a sua alta capacidade de planeja e realizar iniciativas, a par de seu conhecimento profundo da Casa, pois foi dos colaboradores diretos e diletos do grande Moses. Martim Carlos, companheiro admirável, encarnando – se com convicção no árduo ofício de tesoureiro, é um dos responsáveis pela situação, não brilhante, sem dúvida, mas tranqüila, das finanças da Casa abaladas pela inflação. Poderíamos falar de Othon Costa, intelectual de valor chamado em boa hora a dirigir a secretaria, e dos companheiros que ocupam os demais cargos da Diretoria.

Mas, como já dissemos da nossa gestão, apenas referimos alguns dados expressivos da modesta obra que estamos realizando.

È uma prestação de contas, direis, mas não a vós nossos contemporâneos. Pois, neste minuto histórico, ao chegar a este sessentenário, o Presidente da ABI deve contas menos aos vivos do que aos mortos, àqueles que criaram esta Casa sobre a rocha e dela fizeram uma instituição nacional, hoje glorificada, neste encontro, por tantas presença ilustres.

Evocamos Gustavo de Lacerda e Dushee de Abrantes, mas não poderíamos deixar de fazer a chamada dos grandes presidentes que, durante esta longa jornada, tiveram de enfrentar problemas mais graves dos que os que hoje assoberbam a ABI, porque, em muitos casos, era a sobrevivência da Casa que se achava em jogo.

Hoje ao menos, voltando os olhos para o caminho percorrido, já poderemos dizer que os governos passam, os homens, suas paixões e suas agitações passam, mas a ABI fica.

Não seria exagero dizer que a mão da Providência nos guiou até aqui, levando à Presidência desta Casa, na hora certa, os homens certos. Citarei os nomes de um Belizário de Souza, de um Raul Pederneiras, de um João Mello para referir somente três missões específicas ditadas pelas circunstâncias mais difíceis.

Turba – nos a consciência a responsabilidade de dizer – lhes, a esses companheiros, com quem ainda tivemos a honra de conviver, o que conseguimos fazer, com as nossas limitações mas também com a nossa devoção, para que não se empobrecesse nem se anulasse a obra de tantos grandes Presidentes, magnificamente prolongada por Herbete Moses, que por mais trinta anos foi o guardião do patrimônio moral e material que nos foi confiado.

É pena, senhores, que a triste e prolongada enfermidade do grande benfeitor não permitia que ele aqui

se encontre, em hora inesquecível como esta, a fim de presidir este almoço, como nosso presidente de honra, ao lado do Chefe de Estado.

A longevidade é um fardo cruel para os lutadores como ele. Mas o coração do velho Moses resiste, este forte e nobre coração! Se algumas lembranças do passado ainda nele se guardam, não tenhamos dúvida de que serão <<flashes>> de sua longa e luminosa trajetória no governo da ABI, a que ele de todo se entregou, dedicando – lhe o melhor de sua vida.

Alguns dos nossos ex – Presidentes de antes de Moses, como Alfredo Neves, Barbosa Lima, Paulo Filho, e que hoje assistem a esta celebração, sabem de ciência própria como foi duro, o que se exigiu de transigência, de sacrifícios do amor próprio, para que a ABI fosse colocada na iminência que ora se encontra.

Dirijamos, pois, nosso pensamento para o Grande Velho, pedindo às suas filhas, aqui presentes, que recolham nossa comovida homenagem, já que Moses não pode recebê – lãs.

O que podemos dizer, nesta hora, aos Presidentes que se foram, é que fizemos tudo, e um pouco mais do que estava em nossas forças, para não desmentir as tradições da nossa ABI na batalha, sempre travada e perpetuamente renovada, da liberdade de imprensa.

Assumimos o cargo num momento grave, quando o Governo revolucionário aparentemente tudo podia, mas, ao mesmo tempo, não lograva controlar suficientemente, através do país, a ordem e a disciplina para evitar que atentados contra jornais e jornalistas se verificassem em vários pontos do país.

Dizemos com orgulho que, em nenhum caso, a ABI se omitiu. Sua palavra surgiu, em todas as horas críticas, serena mas enérgica, não apenas como a voz da imprensa, mas irrompendo do íntimo da consciência democrática do país.

Deus queira que essa bandeira jamais venha a ser enrolada pelos nossos sucessores. Aqui assumimos o compromisso de honra de lutar por ela, quaisquer que sejam os ônus e responsabilidades que nos caibam, no seio da ABI, mesmo a de simples sócio ou conselheiro desta Casa.

Senhor Presidente, Senhor Governador, meus colegas jornalistas. Estamos celebrando a data da fundação da ABI, do seu sexagésimo aniversário, em circunstâncias excepcionais e adversas para a Imprensa. Insistimos, porém, em realizar este almoço, porque em circunstâncias graves como estas é que a ABI se afirma confiante em si mesma acima das contingências e das paixões, desempenhando com serenidade, mas também com firmeza e sobranceira, a missão que lhe cumpre, olhando de frente as dificuldades e provocações, como estas que surgiram inopinadamente dos últimos acontecimentos.

Parece ter chegado a hora de resolver o agudo problema das relações entre a Imprensa escrita, falada e televisionada e as autoridades incumbidas da manutenção da ordem nas ruas.

No mundo aflito em que vivemos, as crises do tipo desta última que acabamos de atravessar, e Deus queira que não se repita, são constantes e talvez inevitáveis. A ação da reportagem se transfere para verdadeiros campos de batalha. É preciso respeitar e proteger o trabalho dos que documentam os fatos objetivamente e por dever profissional.

Senhoras e Senhores não nos batemos durante nosso mandato somente na defesa das prerrogativas que singularizam nossa profissão, embora não lhe pertençam, e sim à comunidade a que todos servimos .

Sob o teto da ABI , abrigamos em nossa gestão o Sindicato dos Jornalistas Profissionais, quando este ainda sob intervenção e lutando com terrível crise financeira, veio bater às nossas portas, que imediatamente se abriram.

À casa paterna , em nossa administração, dilicenciamos para que regressasse a Ordem dos <<Velhos Jornalistas >>, há onze anos criada á sombra da Associação e que de nós foi criada á sombra da Associação e que de nós se afastara durante algum tempo por força de um mal entendido. Foi um prazer ver essa Ordem , a que pertencemos e de que somos o Presidente de Honra, devolvida ao Palácio da Imprensa, de onde jamais deveria ter saído.

A êsses dois gestos, que expressam o desejo de manter, reforçar ou restabelecer os laços que unem os profissionais da imprensa, junta-se a iniciativa, em que nos empenhamos nas eleições do ano passado, para eliminar as dissenções internas mediante a organização de uma só chapa, tendo em vista circunstancias peculiares em que sustentávamos a luta pela preservação da liberdade de imprensa .

Infelizmente, não fomos bem sucedidos ou compreendidos, pois um grupo de ilustres companheiros, usando de seu direito, insistiu em apresentar chapa própria por colaborar sem discriminações na tarefa do Senhor Presidente da República. A Casa do Jornalista não defende apenas a liberdade de expressão e defende apenas os direitos em que se funda o sistema democrático representativo. Porque o complexo das liberdades públicas

e das garantias do cidadão é inseparável. Sem que se constitua perdurável atmosfera de respeito pelos direitos de cada um, não será possível conceber a existência de liberdade de imprensa.

Nossos votos são para que o país continue a buscar o caminho da normalidade e da concórdia entre os brasileiros, a fim de que todos sejam chamados a desenvolvimento deste país, que tem um grande destino a cumprir.

A ABI crê no Brasil. Crê no seu futuro, Crê na capacidade do nosso povo para governar – se a si próprio, e construir, com suas próprias mãos, seu próprio destino. E crê, também, Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, que Vossa Excelência poderá conduzir o grande processo de pacificação dos espíritos, do esquecimento de ódios e dissensões, do restabelecimento dos direitos negados a quaisquer brasileiros, e, por fim, da união de todos nós, povo e governo, com o pensamento posto num grande programa de reforma das obsoletas estruturas nacionais, condição de uma nova arrancada para o progresso econômico e social do Brasil.

Senhor Presidente da República. Foi uma honra a presença de Vossa Excelência nesta Casa. Iremos ouvi-lo, agora, com atenção e o respeito que nos merece, numa hora em que os jornalistas de todo o País se mostram desejosos de recolher os conceitos de Vossa Excelência sobre o papel que atribui à Imprensa na vida da Nação.

Para isso o Presidente da República não poderia dispor da tribuna mais digna e mais adequada que a velha e gloriosa ABI.